



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PODER EXECUTIVO

V Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul

TRABALHO  
5,25

Prova de Direito Processual Civil.

1. Mercedes foi condenada a pagar R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), havendo a sentença transitada em julgado. Decorreram vários meses da condenação e do trânsito em julgado, sem que Milton promovesse a execução.

Pergunta-se: Mercedes, como devedora, poderá tomar a iniciativa de provocar a sua própria execução?

0,5 2. Se o réu reconhece o pedido do autor é possível o juiz julgar improcedente a ação?

3. Quando é que o *error in iudicando* da sentença se sobrepõe ao *error in procedendo*?

4. Em que casos a importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo?

① 5. As ações possessórias são de natureza dúplici-  
ce? Por quê?

① 6. A decisão que declara, ou não, justificada a posse em ação de usucapião faz coisa julgada?

7. É possível transmutar recurso especial em extraordinário?

~~8.~~ Qual o recurso cabível contra a decisão de relator que indefere liminarmente mandado de segurança em processo de competência originária de tribunal, que versava sobre matéria constitucional?

① 9. A Fazenda Pública Estadual poderá arrematar em leilão, por lance inferior ao valor da avaliação, bem(s) penhorado(s) em execução fiscal para cobrança de crédito relativo a seus tributos?

① 10. A decisão que denega a segurança faz coisa julgada material?

OBS. Todas as respostas devem ser fundamentadas, ainda que de modo conciso, sob pena de não serem consideradas.